

## COTIDIANO E LUTA OPERÁRIA NO BRASIL DOS ANOS CINQUENTA

Edilson José Gracioli  
Universidade Federal de Uberlândia

O livro de Paulo Fontes — resultado da sua dissertação aprovada junto ao Programa de Mestrado em História Social do Trabalho, na UNICAMP — debruça-se sobre a história dos operários da Nitro Química, empresa construída no subúrbio paulistano de São Miguel a partir do final de 1935, cuja produção iniciou-se em setembro de 1937. Inserida na tentativa de compreender a dinâmica da industrialização no Brasil, a pesquisa elegeu essa unidade produtiva como espaço cotidiano e complexo da luta de classes onde, de um lado, a Nitro Química (uma espécie de “CSN do setor químico”) elaborou um sistema de dominação específico e, de outro, os trabalhadores construíram respostas próprias a ele, vivendo uma tensa e rica experiência, ora de resistência, ora de relativa integração àquele sistema.

No dizer do próprio autor, objetivou-se “[...] aprofundar a análise da montagem, da lógica interna, contradições e legitimação ou não por parte dos trabalhadores de um determinado modelo de dominação e gestão da mão-de-obra criado pela Nitro Química ao longo dos anos quarenta e desenvolvido plenamente na década seguinte” (p. 14). O diagnóstico que se apresenta sobre esse modelo indica-o como articulado em torno de vários aspectos próprios à ideologia corporativa e ao nacional-desenvolvimentismo, que marcava o Estado brasileiro de então.

O recorte temporal (os anos cinquenta) justifica-se, segundo Paulo Fontes, por ter sido esta a década onde o modelo de dominação empresarial gestado nos anos antecedentes viveu o seu ápice e, também, o início do seu esgotamento, uma vez que a reciprocidade entre empresa e trabalhadores sofreu enormes desgastes, dado o avanço de uma identidade sociocultural própria entre os operários, em função da aguda atuação sindical e política nos anos anteriores a 1964.

O trabalho se estrutura em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se uma análise do contexto que marcou a trajetória da empresa, desde a sua criação até o final dos anos cinquenta. Tal análise permite ao leitor a intelecção de aspectos, como por exemplo as relações de cumplicidade havidas entre o governo de Getúlio Vargas e os proprietários da Nitro Química (José Ermírio de Moraes e Horácio Lafer), ou ainda o lugar que a Segunda Guerra desempenhou no crescimento econômico da empresa. Encontram-se também menções ao complemento que o Círculo Operário Católico de São Miguel significou ao serviço de assistência social que a empresa, desde o início, implantou com vistas à moderação dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

No capítulo seguinte, Paulo Fontes aborda, a partir do cuidadoso exame do discurso empresarial, os mecanismos do sistema de dominação desenvolvido pela indústria. A noção de “família nitrina” era intensamente estimulada, buscando a consolidação, no ideário operário, da existência de uma “comunidade fabril”, onde capital e trabalho deveriam se harmonizar. Até mesmo a origem majoritária dos operários (fundamentalmente nordestinos) era apropriada pelo discurso empresarial enquanto fator de “integração”. A “nordestinidade” reforçaria, assim, a busca da paz social. Não obstante tratar-se de uma empresa privada, a Nitro Química apresentava-se como instrumento a serviço dos interesses nacionais, fator de patriotismo, da mesma forma como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional o fazia. A implicação desse elemento de dominação era imediata: ser parte da família nitrina significava atender aos interesses da nação e, conseqüentemente, fazer greves ou outros movimentos reivindicatórios seria contrapor-se a tais interesses.

Para que o patriotismo visado não desse margem a qualquer confusão com o “falso” nacionalismo dos

comunistas, desde cedo a empresa se preocupou em combater o comunismo. E o fez com base em mais dois mecanismos centrais: o espírito pioneiro e desbravador dos “pais” da família nitrina e, outrossim, a constante procura de um capitalismo sadio, humano e progressista. Este último elemento explicitava a especificidade de uma empresa privada a serviço da Nação, quando comparada com as firmas estatais. A Nitro Química, ainda que pertencente a proprietários particulares, mantinha-se, ao menos no discurso, ‘aberta às questões sociais’. Todavia, essa ideologia era acompanhada de um poderoso e eficaz instrumento prático, o Serviço Social. Para além das palavras, um conjunto de “benefícios” (médico-odontológico, de abastecimento, cooperativo, recreativo, de segurança) objetivava garantir o disciplinamento no espaço extra-fábrica sobre os operários.

O capítulo 4 dedica-se ao estudo da organização sindical dos operários da Nitro Química e das suas relações com o Partido Comunista, cuja militância em São Miguel Paulista era destacada, tanto no âmbito sindical quanto em outros aspectos da vida cultural e social do bairro (como, por exemplo, na organização de festas, bailes, apresentações teatrais, excursões e palestras). Paulo Fontes faz um bom relato das razões pelas quais os trabalhadores olhavam com muita desconfiança para o Sindicato, uma vez que este atrelava-se à política da empresa. Em meio a esta discussão, o autor analisa o significado do assistencialismo para os trabalhadores e conclui que este não pode ser visto apenas como um reforço à tutela do Estado sobre sindicatos, sendo, também, “[...] parte da cultura dos trabalhadores e de suas organizações, tendo provavelmente relações com as práticas de solidariedade tradicionalmente exercidas por estes” (p. 136). Aqui me parece manifestar-se uma das lacunas deste que é um bom trabalho. Mais adiante voltarei a isto.

O último capítulo analisa a greve dos trabalhadores da Nitro Química acontecida de 24 a 31 de outubro de 1957, a mais longa da sua história até então. Uma nova diretoria no Sindicato dos Químicos, empossada em novembro de 1956, apresentava uma linha de ação bem diferenciada do que até aquele momento se verificava na entidade. Ao invés de contratos por empresa, essa diretoria buscava firmar contratos com os sindicatos patronais. A proeminência do setor jurídico deu lugar ao investimento na participação dos trabalhadores, inclusive com a escolha de delegados sindicais.

A greve na Nitro Química iniciou-se no mesmo dia em que a famosa greve dos 400 mil trabalhadores chegou ao final. Nesta, seis categorias obtiveram importantes conquistas econômicas e impuseram uma vitória no embate com os respectivos segmentos do empresariado. Neste contexto é que, segundo Paulo Fontes, pode-se entender o movimento grevista dos operários da Nitro que, após oito dias de confronto com o aparelho repressivo do Estado e a intransigência patronal, revelou-se vitoriosa, pois a empresa concordou com a reivindicação central (20% de reajuste sobre os salários vigentes em agosto de 1956), além de não punir os grevistas. Para Fontes, “a greve de outubro de 1957 representou uma inflexão profunda nas relações de reciprocidade entre a Nitro Química e seus trabalhadores. A imagem, já em progressivo desgaste no período anterior, de uma grande e poderosa empresa provedora de benefícios para seus trabalhadores, sofreria um forte abalo com a paralisação” (p. 163). Tal inflexão se deu porque “[...] se os chamados benefícios sociais da Nitro puderam em alguns momentos cumprir o papel de ajudar a evitar que a maioria dos trabalhadores da fábrica aderisse a protestos e movimentos grevistas, em 1957 eles já não tinham mais esta capacidade” (p. 164).

Além de ser resultado de uma acurada pesquisa sobre as manifestações cotidianas daquele segmento da classe trabalhadora nos anos cinquenta, o livro de Paulo Fontes aponta para aspectos fundamentais da possibilidade de uma ação ofensiva por parte dos trabalhadores: “A ação da militância comunista e sindical no interior da fábrica pôde potencializar este descontentamento operário para a conquista da direção do sindicato, para a organização no local de trabalho e para realizar uma campanha salarial na empresa em diferentes moldes no ano de 1957. A nova orientação do sindicato tornava-o aos olhos dos trabalhadores um efetivo instrumento para a conquista de direitos, um porta-voz coletivo de seus representados e, portanto, uma necessidade” (p. 165).

Porém, teriam, efetivamente, os trabalhadores da Nitro experimentado a greve de outubro de 1957 fundamentalmente em função de uma intensa organização interna à empresa? Esta é uma das principais conclusões polêmicas que Paulo Fontes apresenta em relação ao que outros autores (notadamente Leôncio Martins Rodrigues e Armando Boito Jr.) sustentam a respeito, uma vez que, para estes autores, praticamente inexistiu, no período, organização sindical nos locais de trabalho. Rodrigues afirma que as greves são organizadas “[...] de dentro para fora das empresas” (RODRIGUES, 1966: 76) e Boito Jr. sustenta que “o sindicato de Estado não organiza de modo sistemático e estável os operários e demais trabalhadores” (BOITO Jr., 1991: 236), sendo, isto sim, um importante fator para sua frágil presença nos locais de trabalho.

Parece-me que falta ao texto de Fontes um tratamento mais detalhado da estrutura sindical oficial (montada sobre a unicidade sindical, as contribuições compulsórias, a carta sindical e a justiça trabalhista) e o seu efeito moderador nas lutas reivindicatórias dos trabalhadores. O próprio assistencialismo pode e deve ser analisado enquanto importante complemento a essa forma histórica de enquadramento dos sindicatos. Entendê-lo como “[...] parte da cultura dos trabalhadores e de suas organizações [...]”, relacionando-o “[...] com as práticas de solidariedade tradicionalmente exercidas por estes”, significa perder de vista as determinações da totalidade social capitalista sobre esta cultura e não explicitar o resultado último do assistencialismo: reforçar a subalternidade, obstando, inclusive, manifestações mais abrangentes e agudas da consciência de classe, menos atadas ao contingencial<sup>1</sup>.

Desde o título do livro presume-se que a questão da cidadania merecerá atenção. De fato, em alguns momentos isto se dá, como nos trechos seguintes: “O desrespeito da companhia aos direitos adquiridos pelos trabalhadores nas leis do País eram outro foco de grande insatisfação. A Nitro redefinia o que era direito do trabalhador no âmbito de seu espaço (p. 163)”; “Organizados e mobilizados, os trabalhadores nitros desenvolveram nesse período uma série de lutas, como as reivindicações pelas taxas de insalubridade e pelo abono de Natal, até hoje fortemente presentes na memória social daquele grupo operário. Até 1964, a Nitro, vivendo agora um período de forte decadência seria conhecida [...] como uma fábrica ‘quente’ do ponto de vista da militância sindical. O Sindicato dos Químicos de São Paulo foi, a partir de então, um instrumento vital para a conquista de direitos” (p. 173).

Todavia, no trabalho não se qualifica “cidadania”. Esta ausência dificulta, inclusive, a percepção do projeto de cidadania que, eventualmente, aqueles trabalhadores possuíam, se é que esta questão (a luta por uma extensão dos direitos) realmente tenha ocupado o centro das suas mobilizações. Pelo exame dos documentos, entrevistas e outras fontes citadas no livro, percebe-se que o eixo da própria greve de 1957 foi o combate ao arrocho salarial, ou seja, a rejeição à superexploração da força de trabalho, remunerada aquém do seu próprio valor de troca. Naquele momento, tais trabalhadores teriam articulado suas reivindicações mais imediatas ao menos a um projeto de reformas sociais? A identidade que construíram permaneceu no momento econômico-corporativo, estendeu-se minimamente a outros segmentos da classe trabalhadora ou, ainda, tangenciou a necessidade desta diferenciar-se com vistas à luta pela hegemonia? O enfrentamento destas indagações permitiria vislumbrar os contornos do que o autor está entendendo por cidadania e, mais que isto, verificar em que medida aquelas lutas operárias se expressaram também nessa dimensão.

Estas observações em nada diminuem o vigor do livro. O exaustivo trabalho de pesquisa que se pode perceber e a constante preocupação com o *fazer-se* dos operários da Nitro Química em suas experiências de resistência credenciam-no como leitura obrigatória aos que se interessam pelo mundo do trabalho, quer pelo ofício de pesquisador, quer pela militância sindical ou, ainda, pela absoluta necessidade de se compreender a realidade brasileira.

*Recebido para publicação em março de 1998.*

Edilson José Gracioli (ejgzm@triang.com.br) é Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO Jr., A.** (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo/Campinas, Hucitec/UNICAMP.
- RODRIGUES, L. M.** (1966). *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.

\* \* \*

<sup>1</sup> Por outro lado, é bastante interessante a abordagem que Fontes faz do despotismo fabril na Nitro Química, especialmente quando discute o lugar das chefias, as formas de recrutamento da força de trabalho, a centralidade que possuíam a disciplina e a vigilância no espaço fabril, onde eram combatidas “as transgressões” às normas da empresa: os jogos, as brincadeiras, o sono e conversas ‘fora de hora’ (p. 87). E é sempre positivo registrar que o despotismo fabril corresponde a uma estratégia empresarial para, de acordo com um dado padrão de acumulação capitalista, realizar ao máximo a extração da mais-valia.